26°ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 5 – Política e Economia da Informação

A DIALÉTICA DA INFORMAÇÃO NA SOCIEDADE DE CONTROLE: MEMÓRIA E CAPITAL

THE DIALECTIC OF INFORMATION IN THE CONTROL SOCIETY: MEMORY AND CAPITAL

Luiz Alexandre de Castro Souza – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Lucas Vinícius de Oliveira – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Camila Schwinden Lehmkuhl – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Enrique Muriel-Torrado – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Analisa a lógica da informação enquanto capital na sociedade contemporânea, com foco nas implicações éticas do acesso ao conhecimento e no papel da Ciência da Informação na mitigação das desigualdades geradas pelo avanço tecnológico. Adotou-se a pesquisa bibliográfica e documental, recorrendo a fontes de informação primárias e secundárias e estruturou-se o trabalho como um ensaio teórico e crítico. Ao discutir a ética da informação e o acesso ao conhecimento público sob a ótica crítica da Ciência da Informação e da Epistemologia, parte-se da premissa de que a informação atua como capital e mercadoria na sociedade contemporânea, exacerbando desigualdades preexistentes através de regimes de informação excludentes. Analisa-se a transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle e o papel das tecnologias na manutenção das hierarquias de poder, com foco na atuação das *Big Techs* e na financeirização da vida digital via Web 3.0 e *Blockchain*. Aborda-se a fragilidade da memória na era digital de forma a destacar a necessidade de políticas de preservação baseadas em modelos confiáveis. Conclui-se pela necessidade de uma atuação acadêmica que desmistifique o determinismo tecnológico e promova uma ética intercultural capaz de garantir a cidadania íntegra, visto que a governança informacional e o engajamento acadêmico são fundamentais para assegurar a confiabilidade e a democratização do conhecimento, transformando a informação em um ativo estratégico voltado à garantia de direitos e ao desenvolvimento social equitativo.

Palavras-chave: Ética da Informação; Sociologia do Conhecimento; Regimes de Informação; Memória Social; Epistemologia.

Abstract: This study analyzes the logic of information as capital in contemporary society, focusing on the ethical implications of access to knowledge and the role of Information Science in mitigating inequalities generated by technological advancement. Bibliographic and documentary research was employed, drawing on primary and secondary sources of information, with the work structured as a theoretical and critical essay. Discussing the ethics of information and access to public knowledge from the critical perspective of Information

Science and Epistemology, the premise is that information acts as capital and a commodity in contemporary society, exacerbating pre-existing inequalities through exclusionary information regimes. The transition from a disciplinary society to a control society and the role of technologies in maintaining power hierarchies are analyzed, focusing on the actions of Big Tech and the financialization of digital life via Web 3.0 and Blockchain. The fragility of memory in the digital age is addressed, highlighting the need for preservation policies based on reliable models. It is concluded that there is a need for academic action that demystifies technological determinism and promotes an intercultural ethic capable of guaranteeing full citizenship, since informational governance and academic engagement are fundamental to ensuring the reliability and democratization of knowledge, transforming information into a strategic asset aimed at guaranteeing rights and equitable social development.

Keywords: Ethics of Information; Sociology of Knowledge; Information Regimes; Social Memory; Epistemology.

1 INTRODUÇÃO

A emergência do que se convencionou chamar de Sociedade da Informação ou Sociedade do Conhecimento não ocorre em um vácuo histórico, tampouco representa uma ruptura total com os modelos anteriores de organização social, trata-se do resultado de processos de longa duração que remontam à acumulação primitiva de dados por governos e instituições ao longo dos séculos. Buscou-se, por meio deste artigo, discutir a lógica e a ética da informação contemporânea, em especial o acesso à informação pelo público, fator determinante para as atividades sociais e profissionais.

Inicia-se pela fundamentação do conhecimento como produto-base do desenvolvimento civilizatório para, depois, tratar de como tal processo gerou e continua gerando desigualdades estruturais, as quais a Ciência da Informação (CI) investiga em seu papel social. Diante desse cenário interdisciplinar, é preciso questionar se vivemos uma era de democratização ou de consolidação de um feudalismo da informação, no qual o conhecimento é mercantilizado e o acesso é hierarquizado.

Nesse contexto, buscou-se responder à seguinte questão: de que maneira os regimes de informação na sociedade de controle reproduzem a colonialidade do saber e geram ilusões de descentralização tecnológica que fragilizam a memória digital?

Para responder a essa questão, estabelece-se como objetivo geral analisar a lógica da informação como capital na sociedade contemporânea, com foco nas implicações éticas do acesso ao conhecimento e no papel da CI na mitigação das desigualdades geradas pelo avanço tecnológico.

Como objetivos específicos, delineiam-se: primeiro, fundamentar o conhecimento como produto basilar do desenvolvimento civilizatório e estruturante das relações de poder na chamada Sociedade da Informação; segundo, identificar os mecanismos pelos quais a mercantilização da informação e a adoção acrítica de tecnologias digitais geram assimetrias no acesso ao conhecimento, distanciando o cidadão comum das instâncias de tomada de decisão; terceiro, discutir as responsabilidades éticas e o papel ativo da academia e da CI na formulação de políticas públicas para a democratização do acesso à informação e no combate à exclusão digital.

A principal contribuição deste estudo consiste em articular criticamente os conceitos de regime de informação, colonialidade do saber, sociedade de controle e preservação digital em um único quadro interpretativo, de modo a evidenciar como tais fenômenos participam de um mesmo processo de reorganização das relações entre informação, poder e memória na contemporaneidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A informação e os documentos de arquivo têm sido condições fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico desde a Antiguidade (Jursa; Baker, 2014). Adam Smith (2020), já percebia que a melhoria na produção e a eficiência mercantil constituíam a base para o desenvolvimento econômico sob a égide capitalista. Enquanto as estruturas sociais são invariavelmente determinadas por sua historicidade, o subdesenvolvimento não constitui uma etapa passageira, mas um processo estrutural intrinsecamente enraizado nas esferas de poder e de distribuição, tanto material quanto social, nas quais a informação é recurso-chave (Furtado, 2020).

A mercantilização da informação atua como fator desde as origens do capitalismo, o que exige um olhar investigativo sobre os grupos que detêm a autoridade para validar ou descartar o conhecimento (Burke, 2003). Sob a ótica do materialismo histórico, a compreensão das dinâmicas sociopolíticas depende da dialética entre a base estrutural e a superestrutura da sociedade (Engels, 1890). A ética da informação, inserida ativamente nessa superestrutura, preconiza, no plano teórico, o livre acesso ao conhecimento como pressuposto democrático. Entretanto, mesmo nas nações centrais do capitalismo, cidadãos carecem de acesso pleno à informação, uma vez que as condições materiais e cognitivas limitam o exercício da participação política e econômica (Parenti, 2010). A própria idealização

da Sociedade da Informação opera como um discurso que legitima a desregulamentação sistêmica dos mercados em benefício dos interesses econômicos hegemônicos (Mattelart, 2002). O intelecto geral, submetido a essa contínua privatização, gera uma divisão de classes, apartando indivíduos detentores das redes de conhecimento da massa populacional marginalizada (Marques, 2014).

A circulação dos fluxos informacionais segue realidades preestabelecidas pelos detentores da propriedade material e intelectual dos meios de produção, condicionando severamente as capacidades de formulação de saberes por parte da sociedade civil (Barreto, 1994). No âmago da economia contemporânea, o dado perde o seu caráter orgânico de valor de uso para transmutar-se em valor de troca, submetendo o progresso coletivo aos imperativos impessoais (Dziekaniak, 2011). Essa dominação é mediada por algoritmos e plataformas, uma regulação social dos ecossistemas informacionais que requer ser explicitada e regulamentada por modelos de governança pública e soberana, para resistir às investidas hegemônicas (Ambrosi; Peugeot; Pimenta, 2005).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se por sua natureza qualitativa e exploratória, justificada pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre fenômenos sociais ligados à lógica da informação como capital. A estruturação em formato de ensaio crítico foi oportuna por garantir a liberdade reflexiva necessária pelo objeto investigado constituir um fenômeno social complexo. A abordagem exploratória, forneceu diretrizes teóricas para explicitar esse problema sistematizado (Gil, 2002). Além dessas características, o estudo configura-se como uma investigação teórico-conceitual de caráter ensaístico, orientada pela articulação crítica de diferentes perspectivas provenientes da CI, da Arquivologia, da Sociologia e da Filosofia Social.

Quanto aos procedimentos técnicos, adotou-se a pesquisa bibliográfica e documental, utilizando fontes primárias e secundárias nas áreas supracitadas. Diferentemente de uma revisão sistemática, que exige protocolo fechado e critérios de reprodutibilidade exaustivos (Fagundes, 2018), o presente estudo optou por uma revisão narrativa da literatura. Tipo de revisão amplamente utilizado em estudos epistemológicos e histórico-teóricos na CI, permitindo construir um argumento interpretativo a partir de um *corpus* teórico consolidado, sem a pretensão de exaustão quantitativa.

O levantamento das fontes foi orientado por termos do Tesauro Brasileiro de Ciência da Informação, como "Sociedade da Informação", "Economia da Informação" e "Políticas de Informação". As bases consultadas incluem a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o portal SciELO. Foram priorizadas publicações em português, inglês e espanhol, publicadas nos últimos 30 anos, complementadas por obras clássicas indispensáveis à fundamentação crítica (Burke, 2003; Mattelart, 2002; González de Gómez, 2012).

Além da literatura especializada em CI, foram incorporadas contribuições oriundas da Sociologia, da Filosofia Política, da Economia Política da Informação e dos Estudos Críticos da Tecnologia. Tal escolha fundamenta-se no caráter interdisciplinar do objeto investigado, que envolve relações entre informação, poder, tecnologia, desigualdade social e memória, exigindo diálogo com diferentes tradições teóricas.

O processo analítico consistiu em três etapas metodológicas consecutivas: a leitura flutuante para triagem do material; o fichamento sistemático das obras selecionadas; a leitura crítica e articulação conceitual da literatura. Buscou-se, com isso, identificar convergências, tensões e complementaridades entre diferentes autores e correntes teóricas relacionadas aos regimes de informação, à colonialidade do saber, à sociedade de controle e à preservação da memória digital.

A construção argumentativa e a articulação dialética deste ensaio foram realizadas por meio da reflexão teórica livre, organizando-se a discussão em torno de três eixos analíticos principais derivados do referencial teórico:

1. Regimes de informação e colonialidade do saber: examina como os sistemas de organização do conhecimento reproduzem hierarquias geopolíticas;
2. Ilusões da descentralização tecnológica: critica os discursos de democratização associados à Web 3.0 e ao *Blockchain*;
3. Fragilidade da memória digital: analisa os desafios de preservação autêntica em repositórios arquivísticos digitais.

Os eixos não foram empregados como categorias fechadas de codificação, mas como categorias interpretativas destinadas a orientar a reflexão crítica e a construção argumentativa desenvolvida no trabalho.

As reflexões consistiram na justaposição crítica entre o referencial teórico e os eixos analíticos, promovendo a ponderação sobre o papel da CI diante da mercantilização do conhecimento. Como advertem Lima e Alvares (2012), a organização da informação deve ser compreendida como um conjunto de procedimentos que incidem sobre um conhecimento socializado, variando conforme os contextos de produção e os fins a que se destinam.

Dessa forma, as considerações e formulações apresentadas correspondem à síntese interpretativa produzida a partir da interlocução entre os autores analisados e os problemas investigados, buscando compreender os impactos das transformações tecnológicas contemporâneas sobre a produção, circulação e preservação do conhecimento. Ao empregar tais procedimentos, o estudo visa garantir a coerência argumentativa e a validade interpretativa (Lakatos; Marconi, 2017), oferecendo subsídios para a atuação ética da área no enfrentamento dos desafios contemporâneos.

4 REGIMES DE INFORMAÇÃO E A SOCIEDADE DE CONTROLE, COLONIALIDADE DO SABER E FEUDALISMO DIGITAL

A partir da revisão crítica da literatura, foram identificados três eixos interpretativos centrais para compreender a configuração contemporânea dos regimes de informação. As seções seguintes apresentam a discussão desses eixos à luz das contribuições teóricas selecionadas.

A transição da modernidade industrial para a era informacional demarca a passagem das sociedades disciplinares para as sociedades de controle. Gilles Deleuze (1992) argumenta que o indivíduo, outrora moldado em espaços de confinamento restritos, passa a ser supervisionado em campo aberto por meio de fluxos contínuos de dados e monitoramento algorítmico. Nesse cenário, Maria Nélida González de Gómez (2012) introduz o conceito de regime de informação, definindo-o como o modo informacional dominante numa formação social, o qual estipula quem são os sujeitos, as regras e as autoridades responsáveis por ditar as políticas de distribuição da informação.

Tais regimes governam a própria materialidade do saber, conforme aponta Bruno Latour (2004), ao demonstrar que laboratórios, bibliotecas e coleções fabricam simultaneamente o corpo e a alma do conhecimento por intermédio da circulação de inscrições móveis.

Nesse sentido, a organização do conhecimento pode perpetuar a colonialidade do saber, conceito delineado por Aníbal Quijano (2005) e Walter Mignolo (2003) para explicar a imposição do eurocentrismo como a única forma aceitável de validação científica. Hope Olson (2002) e Antonio García Gutiérrez (2011) criticam a falsa universalidade dos sistemas de classificação tradicionais, os quais marginalizam saberes não ocidentais e narrativas subalternas. Em resposta a essa hegemonia, Luciana de Souza Gracioso (2022) propõe a indexação decolonial como tecnologia emancipatória, dialogando com a ecologia de saberes de Boaventura de Sousa Santos (2010), que busca superar o pensamento abissal validando múltiplas matrizes culturais. Sandra Jovchelovitch (2008) endossa a urgência do reconhecimento mútuo entre diferentes sistemas cognitivos, evitando a subordinação de conhecimentos locais.

Embora autores como Castells (1999) enfatizem as potencialidades de conexão e circulação ampliada da informação na sociedade em rede, outros autores apontam que tais transformações não eliminam necessariamente as estruturas de dominação preexistentes, podendo mesmo reconfigurá-las sob novas formas. Louis Althusser (2014) e Michel Foucault (1998) auxiliam na compreensão de como o poder atua como uma rede difusa e produtiva, induzindo a reprodução das relações de poder sob o véu de naturalidade institucional.

No contexto informacional contemporâneo, essa dinâmica culmina no que Peter Drahos (2002) denomina feudalismo da informação, um regime predatório de propriedade intelectual que cerca o conhecimento e transfere a riqueza informacional de instâncias públicas para oligopólios privados. Parte do mercado tecnológico contemporâneo tende a privilegiar soluções orientadas pela lógica mercadológica, relegando a segundo plano os fatores humanos, históricos e sociais e desconsiderando a ecologia da informação proposta por Thomas Davenport e Laurence Prusak (1998).

Como adverte Edgar Morin (1998), a organização do saber não deve mutilar a realidade social, mas integrar as dimensões da vida humana, exigindo uma reflexividade crítica que Pierre Bourdieu (1983) considera vital para não reproduzirmos as estruturas de dominação que a academia objetiva analisar. Essa dinâmica evidencia a dialética própria da sociedade de controle: ao mesmo tempo que busca acesso universal, aprofunda a colonialidade do saber e consolida o feudalismo da informação.

5 AS ILUSÕES DA DESCENTRALIZAÇÃO TECNOLÓGICA, A FRAGILIDADE DA MEMÓRIA E O PAPEL DA ACADEMIA

O segundo e o terceiro eixos analíticos são discutidos de forma integrada nesta seção, pois as promessas de descentralização tecnológica e os desafios da preservação digital constituem fenômenos interdependentes. Embora parte da literatura identifique potencialidades democratizantes nas arquiteturas descentralizadas, especialmente na redução de intermediários e na ampliação da autonomia dos usuários (Russo, 2020), este estudo adota uma perspectiva crítica voltada à análise das limitações estruturais desses modelos. Noked (2025) aponta que tais tecnologias podem servem frequentemente à evasão regulatória estatal e à especulação financeira, um desafio para reguladores governamentais. Logo, tal descentralização técnica pode mascarar, na prática, uma centralização econômica nas mãos de oligopólios.

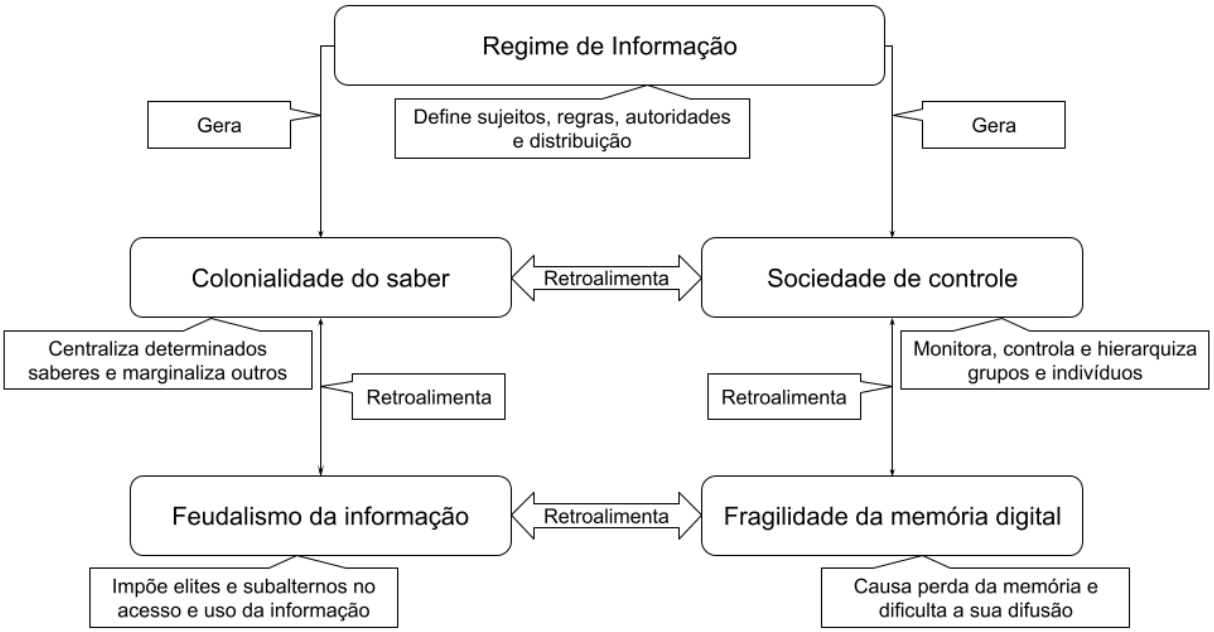
Com a disseminação de ativos virtuais voláteis, a preservação da memória digital emerge como um desafio. Terry Kuny (1997) alertou para a iminência da "Idade das Trevas Digital", provocada pela obsolescência de *hardware* e de *software*. A degradação física dos suportes e o fenômeno do *bit rot* (a deterioração, a perda de desempenho e de integridade dos dados gravados em mídias digitais), estudados por Luis Miguel Nunes Corujo (2014), aliados às complexidades na garantia de autenticidade debatidas por Luciana Duranti (2005), atestam a vulnerabilidade dos documentos arquivísticos digitais. A capacidade de manipulação de metadados também evidencia que o meio digital requer salvaguardas metodológicas rigorosas. Autores clássicos e modernos, como Schellenberg (2002) e Abrão e Christino (2018), reforçam a premissa de que, sem critérios científicos, a sociedade cede ao esquecimento, perdendo os alicerces de sua evolução.

Nesse complexo arranjo de tensões, Armand Mattelart (2002) adverte que a narrativa da sociedade do conhecimento é repetidamente cooptada pelas forças de mercado com o intuito de transformar cidadãos em meros consumidores. A adoção acrítica de inovações disruptivas pode gerar desastres institucionais, como demonstra a problemática transição para o INSS Digital no Brasil, que colocou em risco o acervo de direitos dos trabalhadores por ignorar a governança arquivística (Bertotti; Cândido; Vital, 2021).

Capurro (2003) postula a aplicação de uma ética intercultural de resistência às pretensões universalistas e tecnocráticas. Logo, a CI deve atuar diretamente no

desenvolvimento de políticas públicas inclusivas e soberanas, enfrentando o ativismo corporativo de gigantes da tecnologia, fenômeno exposto quando a empresa *Google* foi acusada de influenciar o debate legislativo brasileiro sobre a desinformação (Rodrigues, 2023). Para melhor ilustrar as relações sobre como tais conceitos se relacionam, foi elaborada a Figura 1, com base no que foi supracitado.

Figura 1 - Dialética da Informação e Sociedade de Controle



Fonte: elaboração própria (2026).

A articulação ilustrada na Figura 1 estabelece-se pela compreensão de que a geração, o processamento e a transmissão da informação são fontes de poder nas estruturas contemporâneas. E que essa dinâmica é regida pelos regimes de informação, definidos como o modo informacional dominante em uma formação social, estipulando as regras e as autoridades responsáveis por ditar as políticas de distribuição de dados e de saberes institucionais (González de Gómez, 2012).

O controle dessa materialidade perpetua a colonialidade do saber e lógicas hegemônicas. As inovações digitais são reiteradamente capturadas pelo fenômeno do feudalismo da informação, um regime de propriedade intelectual que cerca o conhecimento e transfere a riqueza informacional de instâncias públicas para oligopólios privados internacionais (Drahos, 2002). Tais relações de poder e de controle simbólico atingem diretamente a gestão da memória social e institucional, impondo imensos desafios

metodológicos para a preservação digital de documentos de arquivo e de registros históricos, colocando em risco as memórias individuais e coletivas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso à informação pública e aos documentos arquivísticos historicamente configurou-se de forma desigual, consolidando-se como um diferencial estruturante nas relações de poder ao longo do desenvolvimento civilizatório. Tal assimetria exacerbou-se com a consolidação do sistema capitalista e a superveniência das tecnologias digitais, as quais engendraram novos métodos de exclusão informacional, transformando o próprio conhecimento em propriedade. Desta forma, o acesso à informação pública e documental, torna-se um fenômeno análogo ao cercamento de terras no sucesso inicial do capitalismo.

Conclui-se que os regimes de informação na sociedade de controle reproduzem a colonialidade do saber ao impor lógicas de dominação tecnológica que marginalizam conhecimentos locais e transformam o indivíduo em conjuntos de dados supervisionados em campo aberto. Verifica-se que a configuração desse regime informacional reflete um arranjo no qual a organização do saber atende à eficiência dos fluxos de dados, operando sob o que se pode chamar de feudalismo da informação, cenário em que o controle da economia do conhecimento é transferido para grandes oligopólios. A geração, o processamento e a transmissão da informação na sociedade em rede ditam a produtividade contemporânea, exigindo uma ecologia da informação que considere não somente o fator infraestrutural, mas o fator humano e histórico na gestão do conhecimento.

Nesse cenário, as inovações contemporâneas, exemplificadas pelos algoritmos corporativos e pelas arquiteturas descentralizadas, geram ilusões tecnológicas. Tais ferramentas prometem emancipação; contudo, na prática, frequentemente aprofundam a lógica excludente ao torná-la opaca e ubíqua, alienando o progresso cultural coletivo em prol do valor de troca mercantil da informação. Faz-se necessário, portanto, que as redes informacionais globais, para não sucumbirem a essa hegemonia que polariza o intelecto geral e afasta indivíduos das instâncias democráticas, estejam submetidas a uma regulamentação pautada na governança pública, garantindo a diversidade e a inclusão social, de forma que a verdadeira sociedade do conhecimento seja finalmente alcançada.

Ilusões de descentralização fragilizam a memória digital, promovendo estruturas que ignoram os alicerces arquivísticos. A vulnerabilidade crônica dos suportes e a rápida

obsolescência tecnológica ameaçam gerar um vácuo informacional para a humanidade. Mitigar tais riscos e garantir a confiabilidade, através da preservação autêntica e sistêmica, demanda repositórios arquivísticos digitais confiáveis e arquiteturas metodologicamente validadas. A salvaguarda da memória deve estender-se também aos artefatos culturais digitais contemporâneos, pois a preservação de mídias complexas é crucial para a manutenção do registro histórico e cultural de nossa época.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, José; CHRISTINO Daniel. Never Alone: a preservação da memória em video games. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL EM HUMANIDADES DIGITAIS, 1.,. 2018, Rio de Janeiro: CIHD, 2018. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cpdoc/HDRio2018_Resumos.pdf?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 12 maio 2026.

ALTHUSSER, Louis. **On the reproduction of capitalism:** Ideology and ideological state apparatuses. London, Verso Books, 2014. Disponível em: https://www.versobooks.com/en-gb/products/2354-on-the-reproduction-of-capitalism?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 12 maio 2026.

AMBROSI, Alain; PEUGEOT, Valérie; PIMENTA, Daniel. **Desafios das palavras, enfoques multiculturais sobre as sociedades da informação**. Caen, C&F Éditions, 2005.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, 1994. Disponível em: https://livrozilla.com/doc/1258090/a-quest%C3%A3o-da-informa%C3%A7%C3%A3o?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 12 maio 2026.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. *In:* ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento:** de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5. 2003. Belo Horizonte**, Anais [...].** Belo Horizonte: Ancib, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CORUJO, Luis Miguel Nunes. **Repositórios Digitais e Confiança:** um exemplo de repositório de Preservação Digital. 2014.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. **Ecologia da informação:** por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro, Editora 34, 1992.

DZIEKANIAK, Gisele Vasconcelos. Sociedade do Conhecimento: características, demandas e requisitos. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 5, 2011.

DRAHOS, Peter. **Information Feudalism:** Who Owns the Knowledge Economy? London: Earthscan, 2002.

DURANTI, Luciana. **The long-term preservation of authentic records:** findings of the InterPARES Project. San Miniato: Archilab, 2005.

ENGELS, Friedrich. **Carta para Joseph Bloch**. Londres, 1890.

FAGUNDES, Priscila Basto. **Revisão sistemática da literatura sobre avaliação da qualidade de dados e qualidade da informação**. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1998.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 2020.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Desclassificação na organização do conhecimento: ensaio pós-epistemológico. **TransInformação**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-14, 2011. Disponível em: https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6176 Acesso em: Acesso em: 12 maio 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Quarta edição. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade:** Estudos, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/14376 Acesso em: Acesso em: 12 maio 2026.

GRACIOSO, Luciana de Souza. Indexação decolonial como tecnologia emancipatória. In: **Teorias Críticas em Organização do Conhecimento**. Rio de Janeiro, IBICT, 2022.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber:** representações, comunidade e cultura. Petrópolis, Vozes, 2008.

JURSA, Michael; BAKER, H. D. Economic development in Babylonia from the late 7th to the late 4th century BC: Economic growth and economic crises in imperial contexts. *In*: JURSA, Michael; BAKER, H. D. **Documentary Sources in Ancient Near Eastern and Greco-Roman Economic History:** Methodology and Practice. 2014. p. 113-138,

KUNY, Terry. A Digital Dark Ages? Challenges in the Preservation of Electronic Information. *In:* COUNCIL AND GENERAL CONFERENCE, 63., 1997, Copenhagen, Anais [...]. [*s.l.]:* IFLA, 1997.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. Oitava edição. São Paulo: Atlas, 2017.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: PARENTE, André. **Tramas da Rede**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

LIMA, J. L. O., ALVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento. *In:* ALVARES, L. (Org.). **Organização da informação e do conhecimento, conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo, B4 Editores, 2012.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. São Paulo, Loyola, 2002.

MARQUES, Rodrigo Moreno. **A informação e o conhecimento sob as lentes do marxismo.** Rio de Janeiro, Garamond, 2014.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/Projetos globais:** colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MORIN, Edgar. **O método 4:** as ideias: habitat, vida, costume e organização. Porto Alegre: Sulina, 1998.

NOKED, Noam. Ending the Crypto Tax Haven. **Harvard Business Law Review (HBLR),** [*s.l*], v. 15, p. 171, 2025. Disponível em: https://journals.law.harvard.edu/hblr/wp-content/uploads/sites/87/2025/03/04_HLB_15_1_Noked171-216.pdf Acesso em: 12 maio 2026.

OLSON, Hope A. **The power to name: locating the limits of subject representation in libraries**. Dordrecht, Kluwer Academic Publisher, 2002.

PARENTI, Michael. **Democracy for the Few**. Boston, Cengage Learning, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In:* LANDER, E. **A colonialidade do saber**. Buenos Aires, CLACSO, 2005.

RODRIGUES, Alex. Notificada, Google retira link para texto contra PL das Fake News. **Agência Brasil.** 2023.

RUSSO, Camila. **The infinite machine:** how an army of crypto-hackers is building the next internet with Ethereum. New York: Harper Business 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. Coimbra, Almedina, 2010.

SILVA BERTOTTI, Patrícia Soares da; CÂNDIDO, Ana Clara; VITAL, Luciane Paula. Diagnóstico do processo de implantação do INSS Digital: perspectivas da gestão da informação. **Em Questão**, Rio Grande do Sul, v. 27, n. 1, p. 9, 2021. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/101248 Acesso em: 12 maio 2026.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos**. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2002.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo, Madras, 2020.